
ICANN76 | Fórum da Comunidade – Atualizações sobre desenvolvimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios

Quinta-feira, 16 de março de 2023 – 16h30 às 17h30 CUN

BECKY MCGILLEY:

... que tenham ficado até o final e que se unam ao nosso fórum de discussão sobre acontecimentos geopolíticos, legislativos e regulatórios. Sou Becky McGilley, vou coordenar a sessão. Esta sessão está sendo gravada. E se rege pelos Padrões de Comportamentos Esperados pela ICANN.

Vamos ter interpretação aos idiomas das Nações Unidas, mais português. Podem utilizar os microfones através do Zoom. E podem acessar através da barra do Zoom. Por favor, digam seu nome e também o idioma no qual vão falar.

Vamos deixar tempo exclusivo para perguntas. Para os participantes em forma presencial, se querem fazer uma pergunta, por favor, se aproximem do microfone que está no corredor central e deixem desconectado o microfone do Zoom. Os microfones das mesas estão desconectados. Digam o seus nomes e o idioma, em que vão falar, se não for inglês. Falem com clareza e a um ritmo razoável para permitir uma boa interpretação.

Para os que participam de forma remota, utilizem a janela de Perguntas & Respostas. Vou ler em voz alta as perguntas na hora destinada e vão

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

ser respondidas nessa janela. Essas perguntas ou comentários serão lidos no momento indicado para esse fim. E quando estejam formulados no formato certo.

Obrigada por estarem presentes de forma presencial ou remota. Passo a palavra para a vice-presidente e encarregada de participação das OIGs de Governos, Mandy Carver.

MANDY CARVER:

Eu sei que é a última sessão. Estamos interferindo com o coquetel de despedida. Agradecemos por estarem aqui, ficar. Só temos 60 minutos. Vamos ver algo de material já pronto. E teremos a seção de Perguntas & Respostas.

Essa é uma sessão regular, que um pessoal da ICANN costuma incluir nas reuniões da ICANN. É o esforço colaborativo entre diferentes funções. Eu represento a participação governamental. E temos também vários integrantes da Equipe da Participação de Partes Interessadas Global, Rodrigo De La Parra. Vai falar das tendências na América Latina. Vai falar sobre algumas questões que tem a ver com o governo dos Estados Unidos. Então em breve, essa apresentação vai abranger todos os desafios, que podem afetar a missão central da ICANN, onde pensamos que podem estar esses desafios e qual seria o impacto. Vamos falar das mudanças, que estamos observando. A Elizabeth Oluoch vai falar sobre as mudanças no espaço geopolítico, as atividades das OIGs. E acontecimentos legislativos, vai falar a Elena e também alguns acontecimentos na União Europeia.

Muito bem. Quais são os desafios e prioridades? Observamos que a cada vez, se presta mais atenção aos governos e OIGs no espaço do DNS. E também inclui iniciativas para utilizar soluções técnicas, para abordar desafios sociais ou políticos. Também vemos que a legislação, que é nova, relacionada com o DNS, pode ter consequências negativas não-intencionais, se implementadas, como se desenha originalmente. Então estamos monitorando o que acontece nesse sentido e abrange diferentes áreas.

Há desafios que provêm inclusive de áreas, onde tradicionalmente contávamos com apoio dos governos e organizações, que participam em modelos multissetoriais. Mas por uma diversidade de motivos tem a necessidade de sair desse diálogo, para resolver esses desafios.

Então para o final da sessão, vamos pedir a ajuda de todos com as atividades, que estão sendo desenvolvidas e também com as atividades de desenvolvimento e colaboração e também o nível de cooperação e colaboração das partes interessadas. E isto, quando maior seja, maior será a possibilidade e menor a quantidade de inconvenientes.

O modelo multissetorial está desequilibrado. Talvez a voz de um grupo tem mais representação que a de outros. Ou que há uma impossibilidade de abordar as dificuldades.

Então queremos contribuir ao modelo multissetorial e ser a narrativa, que tentamos aplicar em espaços, como a CMCI+20.

Além desse tipo de coisas, que vimos, como eu já disse, vocês escutaram falar muito das CMCI+20. Há muitos lugares em que a ICANN

está presente, como organização. A capacidade de ter influência é variável. É membro do setor da UIT-D. Também temos condição de consultores em ECOSOC. Quer dizer que podemos agir como consultores. Colaboramos com outras organizações, I-Star. Também colaboramos com alguns governos. E se pode participar em delegações de outros grupos. Trabalhamos ativamente com outras pessoas, que apoiam o modelo e o trabalho multissetorial.

Próxima. Não quero ir simplesmente lendo as coisas. Vou passar a palavra para a minha colega, Elizabeth. E vai falar sobre coisas que estamos fazendo no espaço OIG.

ELIZABETH OLUOCH:

Como vocês sabem, a ICANN tem um plano estratégico quinquenal, que tem como objetivo abordar as questões geopolíticas, que podem ter impacto na missão da ICANN. Temos, a governança técnica da internet, que pode ter um impacto na missão da ICANN. Tentamos manter atualizada a comunidade com base nesses processos, através das publicações que são feitas no website da ICANN.

Hoje, vamos passar algumas informações atualizadas com relação a CMCI+20. Na quarta-feira, houve uma sessão. Certamente estavam aí, presentes. Processo de Revisão de CMCI+20 vai ser dar nas Nações Unidas em 2025. Isto reconhece que não só os governos têm um papel e sim, outros atores da comunidade técnica. Por sua vez, estabelece o IGF.

Esta revisão em 2015... +20 deu como resultado, a agenda da Tunísia. Ali falou-se sobre esses resultados. E para que se focalizassem mais na

questão da governança. Não houve sucesso. Diferentes estados-membros estão refletidos nos documentos. Essa revisão pode ser utilizada, como um caminho para dar impulso a mudança do modelo multissetorial, considerando que o modelo multilateral poderia ter melhor resultados. Sendo assim, prestamos muita atenção as questões das Nações Unidas e outros organismos.

Temos que estar certos de que a comunidade ICANN, no seu conjunto mais amplo - queremos salientar isto - esteja a par de que como esse é um processo que se produz dentro do marco da Assembleia das Nações Unidas, vai seguir marcos e regulamentos das Nações Unidas. Então só os estados-membros vão poder intervir nas negociações em torno a CMCI+20. Agora, mais perto da reunião poderemos saber como é que vão se dar essas reuniões. E vamos poder mante-los atualizados.

O Pacto Digital Mundial das Nações Unidas vai ser negociado pelos estados-membros no ano próximo. Espera-se que estabeleça uma série de princípios, que permitam um futuro digital aberto e livre para futuras gerações.

E isso vai abordar diferentes questões. Em consulta com os estados-membros e com os atores, que começaram no início do ano e que vão continuar até maio deste ano, concentram-se nesses temas. A ICANN foi convidada a participar nessas consultas e membros do Comitê Executivo da ICANN participaram. Esse processo nos interessa, porque há áreas que poderiam ter interesse no processo.

Seguimos diferentes processos das Nações Unidas. As Nações Unidas estão pensando nisto, aquilo que tem a ver com telecomunicações, no

contexto da segurança internacional, o OEWG que vai terminar seu trabalho em 2025. Na última sessão desse grupo, que finalizou na semana passada.

Outro grupo é o Comitê Ah-Doc para desenvolver uma função internacional sobre cibercrime, incluindo as tecnologias da comunicação e da informação. Vemos que esses processos têm a ver com a missão da ICANN. E é por isso que o GE 18 está... a Equipe de GE 18 está seguindo esses acontecimentos.

A UIT começou este ano com novos líderes, escolhidos no ano passado. Agora, temos o novo secretário-geral. E há três conferências principais feitas em 2022 e outra nesse ano. Algumas reuniões realizadas nesse ano.

O Conselho da UIT vai se reunir em julho e vai haver reuniões de especialistas, incluindo o grupo que se encarrega da internet. há outro grupo de especialistas, que vai se reunir mais para frente nesse ano.

Espera-se que alguns estados-membros possam contribuir as propostas desse grupo, que também podem ter algum tipo de nexos com a missão da ICANN. Vimos nos últimos anos, uma tendência nesse sentido. E vamos continuar informando sobre isso. Nos nossos documentos expressamos ou incluímos informação sobre esses acontecimentos e convidamos a que leiam.

Também nos preparamos para 2024, a CMCI 2023 e 24, que vai ser feita em Genebra. A ICANN vai ter duas sessões. Uma é dos IDNs e a outra é sobre... **[inaudível – 00:13:00]**.

MANDY CARVER:

Como disse a ICANN, recentemente, publicou um documento sobre o processo da CMCI+20. E vou pedir a Alexey, minha colega, se ela está no Zoom, que coloque ali, o link, a página de publicações para que possam acessar e podem se inscrever para receber notificações. Queria que estivessem a par deste documento.

Queria ver agora, novidades legislativas, regulatórias do ponto de vista regional. Quero passar a palavra para meu colega, Rodrigo De La Parra, que vai falar da América Latina. Depois, você vai passar a palavra a Jamie, Jamie vai continuar.

RODRIGO DE LA PARRA:

Muito obrigado, Mandy. Boa tarde a todos. Vou passar um relatório atualizado na parte de tendências legislativas e regulação da região da América Latina e o Caribe. Houve muita atividade nos últimos anos. Não necessariamente todos estão rigorosamente relacionados ou têm um impacto no DNS ou nas atividades relacionadas a ICANN. Mas sim, alguns deles.

Vou começar com um caso, que gerou muitas reações no país. Foi uma iniciativa no Peru, mas também em outras organizações da região. E também entraram em contato conosco, porque a lei geral da internet no Peru começou em dezembro de 2021. É importante a data, porque ainda estávamos no meio da pandemia. E isto gerou certo problema com a interação entre os diferentes atores, que estavam propondo isto.

Esse é um ponto bastante, uma lei bastante geral do que é a internet, o que significa quando se fala de acesso, também disposições como o comércio eletrônico. Uma das coisas importantes para nós, é que se fala de definições em termos gerais, mais especificamente sobre as registros dos ccTLDs do Peru. E também tem várias incertezas, inexatidões.

Há vários atores trabalhando nessa lei, que deram o seu ponto de vista, inclusive dentro do governo, fazendo uma análise do porquê esta lei não estava desenhada de diferentes ângulos.

Mas também existiram críticas vinculadas com associações, que apresentaram as suas críticas, como a Associação Latino-Americana para a Internet, a ALAI. Também o impacto sobre o comércio eletrônico da região, o ccTLD.PE. Também houve uma nota, também LACTLD enviaram cartas, tentando explicar o porquê a lei não era desejada e quais poderiam ser os seus impactos. Tinham muitas incertezas, quanto algumas definições.

O estado da lei, o estado atual, só foi aprovado por algumas comissões, mas agora está em *stand-by*, porque vocês sabem que no Peru há bastante instabilidade política neste momento. E por esse motivo que não continuou avançando a lei.

Podemos dar um link a iniciativa, para que vocês consigam analisar também, a situação.

Como eu mencionei, há algumas que não estão estritamente vinculadas ao Sistema de Nomes de Domínio, mas já estivemos analisando. Alguns têm a ver com as notificações e retiradas, com o que

pode ser o IP, o website, o URL, bloqueio de aplicativos são diferentes instâncias. Estão tentando solucionar alguns aspectos, que têm a ver com a política pública. Por exemplo, conteúdos sexuais, o que pode ser as apostas em sites não-autorizados ou também o que pode ser o *streaming* ou transmissão direta em sites de esportes, que se transformou numa coisa muito popular. Não necessariamente é necessário regulações. Mas estas iniciativas ou leis podem ter diferentes perspectivas e talvez, tentar regular o que é o conteúdo das TICs ou as iniciativas, são a infraestrutura das TICs.

Isso não tem a ver com as notificações, mas pedem aos ISPs, pedem que tenham, que cumpram o maior papel ou função, quando a atividades vinculadas com o conteúdo. Pode ser moderação do conteúdo também. E é o que tem a ver com uma iniciativa de proteção as crianças, que aconteceu ano passado na Colômbia.

Aqui, que quero apresentar a variedades coisas, que nós acompanhamos. Não necessariamente é tão estrita ou está relacionado com o mandato da ICANN. Mas sim, podemos ver no Peru, iniciativas que têm a ver com a neutralidade da rede, seguindo o modelo de outros países na região. Na Argentina está a estratégia nacional de cibersegurança. Uruguai, que foi um dos primeiros em participar na sociedade da informação, continua gerando definições a este respeito. No Peru, a Osiptel também, como regulador, emitiu alguma regulação que tem a ver com a velocidade da banda larga. Na Colômbia, estão tentando ver. Enfim, isso acontece, está acontecendo em vários países. Mas como declarar ou colocar na lei, uma declaração que diga que a internet é um direito humano fundamental? Também

temas vinculados com a proteção de dados e a privacidade. Segunda-feira passada na Argentina, estão avançando numa proposta que vem do poder executivo. Ainda não chegou ao congresso. Mas há uma proposta sobre este tema.

E como vocês sabem, na região da América Latina e o Caribe, nós trabalhamos de forma muito estreita com as comunidades técnicas, como podem ser a Sociedade da Internet, LACNIC, LACTLD, LAC-ISP. E todos enfrentamos desafios comuns, tentamos encontrar formas de colaborar. Particularmente no que tem a ver com o monitoramento do que nós consideramos que pode ser importante, criar algum impacto na região. E essa é uma das iniciativas, que temos neste momento. Talvez possamos compartilhar sistemas de monitoramento para tentar fazer alguma coisa, todos juntos.

A outra iniciativa, que começou ano passado. Houve uma reunião ministerial no Uruguai, que foi organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. E foi para desenvolver capacidades no governo antes da reunião. Esse caso, nós conseguimos apresentar a comunidade técnica da região. E um dos temas que tratamos foi justamente o das consequências não-intencionais, não-queridas; quando estamos tentando criar legislações ou normativas, qual pode ser o impacto na infraestrutura geral da internet. Porque se bem, não a intenção, quando se trata de fazer uma regulamentação. Posso mencionar um exemplo. Se podemos tirar um aplicativo de um servidor, talvez dando baixa nesse servidor, talvez se está afetando outros serviços, que não estejam vinculados com a conduta aqui, a

peessoa quer parar, como o governo. E foi muito bem recebida. Este ano também vamos fazer no entorno presencial.

Eu acho, Mandy, que este é o trabalho que merece ser destacado na região da América Latina. Agora, passo a palavra a Jamie.

JAMIE HEDLUND:

Eu sou Jamie Hedlund. Obrigado, Rodrigo. Eu tenho a ver com Comprimento Contratual da ICANN e sou responsável pelo relacionamento com o governo dos Estados Unidos. Eu vou dar um panorama geral de três exemplos de atividades a nível do governo federal dos Estados Unidos, que apresentam o apoio para o modelo multissetorial da governança da internet e os desafios que podemos enfrentar.

Em primeiro lugar, temos a Lei de Infraestrutura Crítica de Reporte de Incidentes Cibernéticos de 2022, conhecida como CIRCIA, assinada pelo Presidente Biden em março do ano passado. Entre coisas, exige que a Agência de Cibersegurança e Segurança dos Estados Unidos desenvolva normativas, para que os proprietários desenvolvam infraestrutura crítica e que eles possam fazer denúncias do uso indevido no Sistema de Nomes de Domínio em 72 horas. A Agência deve dizer quais são os incidentes e também quem é o sujeito desse incidente e a quem devem informar, devem ser informados esses incidentes. Devem ser adotadas outras normas dentro dos 18 meses depois da ascensão da lei, que segundo eu calculo é em setembro de 2025.

A legislação passou pelo congresso, a ICANN apoiou. E também com esses requisitos internos ou locais, também se falou da obrigação imposta ao governo dos Estados Unidos, que tem a ver os serviços também vinculados com o que era a IANA.

É importante então informar esses incidentes. Achamos que esse requerimento se desenvolve melhor, se trabalhar-se dentro de um modelo multissetorial.

Esses relatórios, pelo menos, quando falamos do incidente cibernético, o governo dos Estados Unidos continue apoiando o enfoque multissetorial.

Como eu já mencionei, temos que regular no futuro, entre outras coisas, determinar quais são as entidades, as outras entidades que entram dentro da exceção do relatório para os cibercrimes. Eu espero que vocês possam ver no chat, porque está o link ali, para ver e também vão poder ver a exceção, qual é e tal.

Outro exemplo do ano passado tem a ver com a Comissão de Comunicações Gerais dos Estados Unidos lançou o que chamamos um NOI ou Notificação de Investigação para ver se tínhamos que estabelecer legislação federal aos provedores de serviços; portadores, aqueles que entregam conteúdo na rede para dar-lhes uma versão certa, segura do que é o Protocolo de Entrega em *Gateway*. O que chamamos BGP. A ideia é coletar informação, que possa gerar ou criar uma normativa ao respeito.

A ICANN não tem função específica no que é o roteamento da internet, mas está envolvida nesse procedimento. Porque também tem a ver

com o apoio, que pode dar o governo dos Estados Unidos, quanto ao modelo multissetorial, especialmente quando falamos dos desenvolvimentos de normas.

Cinquenta partes aproximadamente fizeram comentários e responderam esses comentários na NOI. E houve, quase ninguém se opôs a regulamentação da FCC, quanto ao roteamento. Também houve apoio a FCC e outros organismos dos Estados Unidos, no que tange a colaborar com as partes interessadas, que não pertencem ao governo para gerar melhores práticas, receber financiamento adequado, fazer investigações e coordenar a nível internacional na implementação de tecnologias mais seguras.

Alguns organismos do governo dos Estados Unidos continuam pedindo a FCC, que faça uma normativa formal para que seja então uma regulamentação federal do roteamento da internet. Ainda não sabemos qual será o caminho, que vai tomar a FCC.

Finalmente, no começo deste mês, a Casa Branca apresentou a estratégia nacional de cibersegurança, que articula e muda o que tem a ver com o peso da segurança da internet dos proprietários, operadores, a infraestrutura crítica. E não os usuários da internet. Aqui se reitera, que deve existir um trabalho de colaboração entre múltiplas partes interessadas, para todos os desafios que têm a ver com a questão cibernética. Inclusive fazendo a referência específica ao futuro da internet, assinada por 60 nações, que fala da proteção e o fortalecimento do enfoque multissetorial para a governança e para que a internet continue funcionamento para benefício de todos.

O próximo passo é a implementação, que pode demandar muita colaboração voluntária entre os atores públicos e privados. E também o governo está pedindo as autoridades existentes e as agências federais, para que participem dessa regulamentação. Existindo uma nova legislação, podem ser impostas obrigações vinculadas com a questão cibernética, tanto a proprietários e operadores. Vão continuar monitorando essas operações e ver que trabalhem de forma correta, quando falamos no setor multissetorial. E também vamos ver quais são algumas influências negativas e não-intencionadas de legislações, especialmente o que tem a ver com os Identificadores Públicos Únicos e a ICANN.

Agora, passo a palavra a Elena.

ELENA PLEXIDA:

Obrigada, Jamie. Vou dar algumas novidades da União Europeia. A Disposição NIS2 foi aprovada e agora está na etapa de transposição. O que quer dizer? Que para que seja aplicada cada estado da União Europeia tem que passar a legislação interna. Os membros da União Europeia têm até outubro de 2024 para isso.

Lembrem que a NIS2 faz parte do pacote de medidas de cibersegurança para entidades essenciais e importantes. Também para operadores de DNS com exceção dos servidores-raiz, que estão dentro do seu âmbito de aplicação, como entidades essenciais.

Se um operador do DNS não está na União Europeia, mas oferece serviços a União Europeia tem que indicar um representante. A Comissão Europeia tem que especificar as medidas específicas de

cibersegurança e as obrigações e reporte para os fornecedores do DNS para outubro de 2024 através de atos de implementação. Aqui, nos referimos as leis secundárias.

Também estão as disposições sobre dados de registo, que estão no Artigo 28. E se reconhece a importância de manter bases de dados exatas e completas sobre a registo para garantir a segurança e estabilidade e a resiliência do DNS. E também emitir um acesso lícito a esses dados para manter a flexibilidade, resiliência e estabilidade do DNS.

Agora os estados-membros têm que implementar estas disposições. Há disposições sobre coleta de dados, manutenção deles, obrigações, o acesso. E esse não é propósito desta sessão, mas eu diria o seguinte. Considerando que se trata de uma diretiva, que deve ser implementada por cada um dos estados-membros da União Europeia a nível nacional, dependendo da implementação poderíamos terminar tendo 27 conjuntos diferentes de requisitos nacionais, além daqueles estabelecidos pela ICANN, como parte do modelo multissetorial.

E essa não é a ideia. Sabemos que os estados-membros estão configurando mecanismos e coordenação para evitar isso.

Também é importante, que os estados-membros lembrem a orientação e as normas desenvolvidas pelas estruturas de governança multissetorial interessadas. E que essas são as políticas, que estão formulando a comunidade dentro do modelo da ICANN. Então elas devem ser levadas em consideração na medida do possível. Confiamos que os estados-membros vão se guiar por todas essas normas dentro

do modelo de política multissetorial e vão evitar todo esse *patchwork* de requisitos nacionais diferentes e vão preservar o caráter singular da internet. porque o Artigo 28 não só tem a ver com os gTLDs, mas também com os ccTLDs.

No seguinte slide, sim, falamos de iniciativas que estão em andamento agora. Como dissemos em Sessões Plenárias anteriores, há duas normas propostas, que estão sendo consideradas sobre os processos legislativos da União Europeia. E isso tem a ver com a proteção das indicações geográficas para os produtos agrícolas e esta é uma e também para produtos de artesanatos e a outra.

Há posições que se vinculam com nomes de domínio, como o de alertas, que deve ser mantido pelo Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia. A redação das propostas restringe as disposições aos ccTLDs estabelecidos na União Europeia. Durante as negociações em andamento, como eu disse no início, os legisladores estão considerando o caso das regulações para produtos agrícolas, que se espalham a todos os TLDs, que operam não só estabelecidos, mas os que operam na União também.

Tendo dito isso, pela minha parte, no caso da segunda norma vinculada com produtos artesanais, se propõe eliminar todas as disposições relativas a nomes de domínio. Mas lá reconhece-se que as proteções vão ser aplicadas no espaço digital ao mesmo tempo.

Então vamos mante-los atualizados. Essa é situação em que se encontram essas normas.

Com relação aos acontecimentos da Europa, em finais de janeiro, apresentaram-se várias iniciativas. É uma consulta exploratória sobre o futuro do setor das comunicações e sua infraestrutura é um deles. Isso, a consulta, vai estar aberta até maio. Devem prestar atenção, porque isto tem a ver com um debate, uma discussão muito destacada com relação as contribuições e que tem os fornecedores de internet e os que se encarregam de conteúdo e aplicação. Isto é até 19 de maio.

Aqui a ideia é que com o resultado da consulta, a Comissão Europeia considere quais as ações mais adequadas para tomar para o futuro do setor das comunicações eletrônicas.

Por que damos importância a isto? Para ver se há algo dos resultados pode ter um efeito sobre o roteamento do tráfego da internet.

Passo a palavra novamente para a Mandy.

MANDY CARVER:

Obrigada, Elena. Agora, queremos passar para as perguntas. vemos há perguntas que estão chegando pelo Zoom e as que são feitas aqui, na sala. Pedimos que se aproximem do microfone. E que venham aqui, ao corredor, no meio da sala, onde está o microfone, para que vocês formulem suas perguntas.

Convidamos a todos a que colaborem. Sabemos que há uma série de comentários e perguntas, tanto nas Sessões Plenárias, quanto no Fórum Público, onde se consultava. Se não deveríamos estar trabalhando, estamos de acordo em que deveríamos trabalhar ativamente com outras organizações I-Star. E já houve uma ligação

entre as autoridades dessas organizações sobre o Pacto Digital Mundial. E obviamente, todo o pessoal que está trabalhando tem disposição para trabalhar junto. Estamos de acordo com que temos que reforçar esses diálogos com a cooperação e colaboração.

Queremos que haja uma comunicação em dois sentidos. Nós oferecemos informação sobre aquelas coisas, que observamos em diferentes jurisdições. Mas somos receptivos a qualquer preocupação ou questão, que vocês tenham advertido. Queremos ter uma visão ampla, embora especificamente nos concentremos nas nossas atividades, no que tem a ver com o âmbito de competência técnica da ICANN.

Parte da narrativa, que estamos ostentando no nível internacional tem a ver com nossa preocupação sobre a eficácia do modelo de partes interessadas. Pensamos que esse modelo nos permitiu conseguir muitas coisas, mas são necessárias mais colaboração e participação. Porque vai nos permitir reforçar essas conquistas e vai nos assistir nos nossos diálogos no nível mundial.

Becky? Quer ler a primeira pergunta?

BECKY MCGILLEY:

Vamos começar. Como o modelo multissetorial resultou para a CMCI? E quais foram alguns dos resultados do modelo? Qual foi o efeito desses resultados sobre CMCI?

ELIZABETH OLUOCH: Quero responder algo mencionado durante a discussão comunitária e CMCI+20. Pensou-se em salientar algumas das conquistas. E acho que isso se remete a pergunta feita agora, como verdadeiro modelo multissetorial contribuiu a CMCI. Há muitos modelos, que se podem atribuir a parte multissetorial e também contra restando com a narrativa de que esse modelo não funciona ou fracassou.

Quando consideramos um marco de CMCI desenhado para criar ou aquilo, que estava desenhado para fomentar, muitos dizem que na sessão de ontem, o acesso universal, conectividade foram alguns dos objetivos. Mas também maior colaboração para ter uma sociedade inclusiva. Há muitos exemplos, que se podem referir e que demonstram que o modelo multissetorial, sobretudo na internet, funciona.

A agente 2030 para o desenvolvimento sustentável. E a internet pode se ampliar até uma escala, como conseguiu fazer agora. E é uma combinação de *design* técnico e colaboração das organizações técnicas. E aqueles que contribuíram aos diversos desenvolvimentos. Há muitos outros que poderiam dizer, mas vemos o que conseguiu e produziu um modelo multissetorial.

MANDY CARVER: Não sei mais alguém da mesa quer adicionar algo?

RODRIGO DE LA PARRA: Obrigado pela pergunta. Internamente estivemos refletindo sobre o que se conseguiu, quais foram os sucessos do modelo multissetorial 20 anos depois da CMCI. E uma das coisas que a comunidade da ICANN

conseguiu foi a transição, que demonstrou que as estruturas existentes de diálogo nesse modelo, a ICANN podia conduzir a um resultado. Deveríamos sentir-nos muito orgulhosos disso.

Deveríamos documentar isto, estes êxitos e outras coisas. Porque houve muitos acontecimentos. Os resultados foram muito positivos. Não apenas quanto a como o modelo em si mesmo pode trabalhar para melhorar a governança multissetorial, para uma organização tão importante, quanto a ICANN. Queria salientar isso, como algo importante.

MANDY CARVER:

Acho que temos uma pergunta aqui na sala.

SEBASTIEN BACHOLLET:

Se... não tem problema em utilizar uma auricular, vou falar em francês. Tivemos ontem uma Sessão Pública sobre a CMCI+20. E houve várias coisas, que acho que surgiram dessa discussão. Principalmente a necessidade de trabalhar no nível local, os governos das diferentes partes interessadas.

E então por isso, eu queria saber como a Equipe de Participação Governamental poderia agir para garantir, que se concretize o trabalho no nível nacional, envolvendo diferentes atores, que estão presentes na ICANN?

A segunda pergunta. É que atualmente não temos grupos, que façam seguimento dessas questões dentro da comunidade. Mas dentro da comunidade, não há nenhum grupo, que dê seguimento ao que

acontece no âmbito da governança da internet. Algo que torne possível abordá-lo desde a parte multissetorial. Espero que possamos continuar com o trabalho iniciado ontem, na Sessão Plenária. E o trabalho iniciado aqui, nas próximas sessões da ICANN. Obrigado.

RODRIGO DE LA PARRA: Obrigado, Sebastien. Posso falar um pouco sobre a primeira pergunta. Como podemos colaborar com os diferentes atores no nível nacional. Estou acordo em que o esforço deve ser compartilhado entre as diferentes partes envolvidas.

Mas há diferentes mecanismos implementados em alguns países, embora não em todos. Temos alguns bons exemplos de IGFs nacionais, que existem para além da iniciativa de ter que ter apenas um evento anual. Então acho que é um bom mecanismo.

No nível regional, além do IGF regional, temos uma cooperação regionalizada. E tentamos aproveitar isso na maior medida do possível, a cada vez que vemos algo, que surge disso.

Também da perspectiva regional na medida do possível, tentamos ir trabalhando com nossas estruturas At-Large, que estão ativas. Elas fazem parte dos IGFs regionais e se conectam também com diferentes partes da ICANN, quando tocam um tema de interesse. Mas vemos esses dois níveis de cooperação na região da América Latina e o Caribe.

MANDY CARVER: Há duas coisas. Também vamos colocar os links, para que vocês vejam como fazer uma contribuição nesse caso. E se estendeu o prazo durante

o mês. Então isso será para finais de abril. Eles são documentos *omnibus* muito grandes. Então a interação com a ICANN só com as partes, que têm a ver com a fragmentação da internet e os esforços para conectar mais pessoas. Porque isso tem a ver com a Aceitação Universal e com o IDN.

Também podem seguir com o espaço de UA (Aceitação Universal), 28 de março, vai ser o Dia da Aceitação Universal Internacional. Esse é um dos esforços durante esse processo, para ajudar os governos, para por exemplo, melhorar a sua capacidade de compra. E os *softwares* de compra, que estejam disponíveis. Porque eles são grandes consumidores desse tipo de produtos.

Então vamos colocar uma página, vamos adicionar uma página de relacionamento com os governos. Esse é um dos pedidos. Estamos fazendo o seguimento dos processos. Encontramos uma possibilidade de que exista um relacionamento com o setor público. Podem ter, vocês, a possibilidade de ver isso e participar. Isso vocês, como indivíduos, organizações é a maneira em que podem de processos abertos multissetoriais. Não há expectativa de que vocês falem em nome da ICANN, que tentem modificar ou chegar a um consenso em suas apresentações. Essa é a possibilidade, que tem cada um de vocês de manifestar as suas preocupações.

BECKY MCGILLEY:

Temos uma pergunta online de Siva Muthusamy. Existem estados-membros, que entendem o valor do processo multissetorial e outros estados-membros, que tentam não o entender. Cada um dos estados-

membros, que provam, trazem uma posição em favor das múltiplas partes interessadas na mesa ou de um estado-membro, se existem posições diversas entre um ministério e outro departamento e outro. O que se faz para que todos os estados-membros possam entender o valor de um processo multissetorial e ter uma posição consertada?

JAMIE HEDLUND:

Vou tentar falar disso, de algumas das coisas que acontecem nos Estados Unidos. Vocês sabem que o governo apoia o modelo multissetorial. Eu estou falando dos ventos solares. E quando houve um problema com a linha de distribuição colonial, acho que todos os cidadãos entenderam o que podia acontecer com esses problemas da cibersegurança, esses incidentes ou ameaças. O que se podia fazer em... alguns perceberam que talvez não tenham sido o suficiente, o modelo multissetorial. Alguns proprietários e operadores de infraestruturas críticas tinham que ter algumas obrigações exigíveis.

Obviamente tentamos fazer coisas diferentes, quando o impacto é na ICANN ou os Identificadores Únicos. Fomos os legisladores e tentamos educá-los. Mostrando as consequências, talvez negativas, de algumas normativas ou obrigações legais. Nós também tentamos ver quais eram as vantagens, os sucessos do modelo multissetorial, inclusive falando de que é uma coisa internacional. Quando uma coisa é implementada a nível internacional e pode ser bem sucedida. Então a nível internacional não há conflitos com outros tipos de obrigações.

Essas são algumas das coisas, que acontecem dentro do governo dos Estados Unidos. Não sei se há outros lugares, onde também há um

apoio para o modelo multissetorial. Mas às vezes, não se considera como são os enfoques regulatórios, que resultam necessários.

MANDY CARVER:

Muito bem. Estou vendo a hora. Há três pessoas aqui, que querem fazer uma pergunta. Infelizmente vou ter de dizer que temos de encerrar a lista na sala com eles três. E há também outras perguntas em linha. Então podemos passar para as perguntas aqui, presenciais.

FARZANEH BADIEI:

Falo do Grupo de Partes Interessadas Não-Comerciais. Qual é a estratégia da ICANN para monitorar as leis e as regulamentações, que não necessariamente está vinculada com a internet, mas que podem ter consequências não-intencionadas para o acesso dos nomes de domínio e a internet em geral? Há alguma estratégia? Ou há alguma forma para prestar atenção a estas leis, que podem nos afetar no futuro? E um exemplo disso são as leis sancionadas e que são impostas.

MANDY CARVER:

A ICANN tem uma carta orgânica, que nos obriga a analisar e comunicar-nos com todos vocês sobre esses elementos da legislação, que talvez tenham um impacto direto no Sistemas de Nomes de Domínio. Eu sei que a senhora está dizendo o que acontece, quando impõe sanções numa área, devido a legislação. Então essa área tem impacto nos registradores. Então talvez haja pessoas, que não dispõem dos seus nomes de domínio. Então não sei se Jamie, quer falar disso.

Nós tentamos manter ou observar tudo, mas cada um obviamente está obrigado por sua própria jurisdição. Eu sei que a resposta não é satisfatória.

FARAZANEH BADIEI:

Para evitar surpresas. Não é apenas de sanção. Talvez pensar numa forma de monitorar leis, que possam ter um impacto sobre nós. E que talvez não tenha a ver apenas com a internet, mas sim, nos impactem.

MANDY CARVER:

Sim, nós monitoramos isso. E estamos utilizando contratos com fornecedores de serviços ou pessoas, que estão na região. Mas a dificuldade é que é um campo muito amplo. Nós estamos fazendo um esforço. Mas precisamos... nós pedimos a comunidade, que nos mencionem tudo isso. Temos sim, uma análise técnica, outra jurídica.

Há certa legislação. E há muitas coisas, que podem ser propostas. E há diferentes processos, que vão a comissão antes do congresso. Então são muitos extensos. Então estamos tentando, mas não temos um alcance universal.

Becky, há mais alguma coisa online? Se não passamos as pessoas, que estão aqui, que façam a sua pergunta.

BECKY MCGILLEY:

Há uma pergunta da Susan Anthony da PTO dos Estados Unidos. E esta questão está encaminhada a representada da União Europeia, que fez uma apresentação muito útil. De que forma a regulamentação de GRI

proposta sobre registros, que operam na União Europeia afetam os registros da ICANN? Esta modificação, caso seja aceita, quando vai acontecer? E qual o prazo para que seja aceita essa emenda proposta?

ELENA PLEXIDA:

Eu vou falar agora sobre a União Europeia. Antes era a representante europeia. Com a expansão desta regulamentação, dizendo que os registros que operam na União Europeia, ao invés do que dizia antes, que se estavam estabelecidos na União Europeia. O que significa se aprovada? Sim, significa que aqueles que estão oferecendo serviços na União Europeia, mesmo que não estão aí, mas sim, têm clientes ou apontam certos clientes da União Europeia, ficariam dentro deste alcance.

Esta modificação é provável que seja aceita? Bom, nós por enquanto, não sabemos. O processo da União Europeia tem esta forma. Há dois legisladoras. Por uma parte está o Parlamento Europeu. No momento, faz-se a análise. Quando cada um tem uma posição interna, unem-se e fazem uma negociação. Esse é um processo de meses.

Neste momento, estamos no processo, em que cada um deles internamente, não em conjunto, mas de forma interna, está trabalhando sobre a sua posição. E daí vamos avançar. Obrigada.

NIGEL HICKSON:

Eu serei muito breve. Porque eu preciso de drink. Eu acho que os outros também. Eu quero marcar três pontos. Em primeiro lugar, obrigado a todos que participaram aqui nesta sessão e a sessão de revisão

CMCI+20. Ontem, houve uma grande deliberação, graças a Sebastien, que esteve aqui e que foi o presidente dessa sessão. Eu acho que realmente participaram muitas pessoas. E pensamos de que forma este processo pode avançar e como podemos participar.

O segundo ponto é começar agora, dentro desse processo de CMCI+20, nas Nações Unidas, depois em Genebra. Quando fala de resolução, vamos falar também desse processo de CMCI+20. Vai ser a primeira resolução, mas vão ser temas importantes. Esperamos que a ICANN, como uma das partes interessadas, esteja presente e que represente o tema.

Então está o Pacto Digital Global, que tem diferentes blocos, diferentes questões. Há fluxos de dados, regulações. Também se falou da cibersegurança, que aparece em todos os documentos das Nações Unidas. Também a fragmentação da internet. Mas esta fragmentação agora está mudando a governança da internet. Cada vez mais amplo, o seu alcance. Vai ser falado desse assunto, desse tema na CMCI+20 em Genebra. E o alcance de todo esse pacote de governança da internet será bastante amplo. Vamos fazer uma sessão na Nações Unidas, 30 de abril. E todas as partes interessadas podem participar. E podem falar que coisas têm que entrar ou não nesse pacote ou nesse temário. Muito obrigada.

MANDY CARVER:

Obrigada, Nigel. Não sei se temos alguma outra pergunta em linha, se podemos a última aqui, presencial?

DESCONHECIDO:

Boa tarde a todos. Eu vou falar em nome próprio. A comunidade da internet é um lugar para debater tudo o que tem a ver com as perspectivas e aspectos técnicos da internet. Embora nem todos gozam de uma conexão confiável e estável, como muitos de nós. Para as pessoas de regiões subatendidas precisam de apoio financeiro. E às vezes, participação pode ser muito cara e não confiável para as pessoas dessas regiões. A ICANN apoiou as discussões de diferentes regiões, que falam da diversidade. Então eu perguntaria a ICANN, se vão aumentar o apoio financeiro para as viagens, para as regiões subatendidas, para que possam participar então na comunidade da internet? Obrigado.

MANDY CARVER:

Bom, eu vou passar essa pergunta as pessoas, que se dedicam as finanças para ver se vão aumentar essas ajuda financeira para viagens. Eu sei que isso... vemos uma e outra vez, mas não está aqui, o colega na sala. Então muito obrigada pelo comentário.

Bom, com isso, então conclui a sessão. Passamos sete minutos apenas. Então podem ir todos ao coquetel.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]